



CORPOS VULNERADOS E VIDAS NUAS: A RESISTÊNCIA NO JORNAL BOCA DE RUA

Caroline de Mendonça Musskopf¹
Luiz Felipe Zago²

Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa desenvolvida há 12 meses com observações-participantes de reuniões de pauta do Jornal Boca de Rua, em Porto Alegre. O jornal foi fundado pela Organização Não Governamental Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação e é formado por pessoas em situação de rua e estudantes voluntários. A pesquisa investiga as formas como os corpos de pessoas da população de rua são vulnerados (ARÁN; PEIXOTO, 2007) e aponta aproximações com o que Giorgio Agamben (2002) definiu como “vida nua”. Considera-se as diferentes vulnerações desses corpos de acordo com os pertencimentos de gênero. Visa-se, ainda, discutir os modos como a produção do jornal faz com que essas vidas nuas se “politizem” e resistam a determinados mecanismos biopolíticos (FOUCAULT, 1974).

Palavras-chave: Jornal Boca de Rua, vulneração e vida nua.

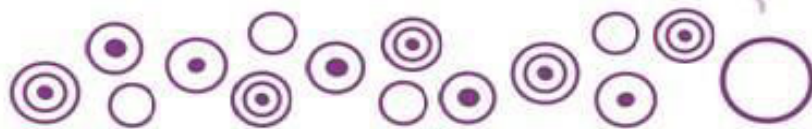
Introdução


O Boca de Rua é um jornal formado por pessoas em situação de rua e estudantes voluntários e foi fundado pela Organização Não Governamental Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (ONG ALICE). O jornal existe há quase 18 anos e produz articulações que viabilizam a incorporação das pessoas em situação de rua participantes do projeto a determinados processos políticos e democráticos da vida em sociedade.

O objetivo do estudo, portanto, é, em um primeiro momento, investigar as formas como os corpos dos integrantes em situação de rua evidenciam suas vulnerações, atentando para as particularidades e os recortes de gênero. Além disso, visa-se discutir o Jornal Boca de Rua como um instrumento de resistência a esses processos, uma vez que se instaura como um meio de incidência política na vida de seus integrantes.

¹ Estudante do sexto semestre de Jornalismo na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: caroline.m.musskopf@gmail.com.

² Orientador do trabalho. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS na Linha de Pesquisa em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Professor do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Luterana do Brasil (Campus Canoas). E-mail: luizfelipezago@ulbra.edu.br.





Para efetivar estes objetivos, a pesquisa se desenvolveu metodologicamente por meio da observação-participante, fundamentada pela etnografia pós-moderna (GEERTZ, 1989, apud RIPOLL, 2016) – método do qual se extraem os trechos de diário de campo.

A vulneração na produção de notícias

As mídias radicais alternativas (DOWNING, 2004), como o Jornal Boca de Rua, são dispositivos midiáticos que visam expor determinadas pautas que geralmente não ganham espaço dentro das lógicas da mídia hegemônica. Segundo o autor, essas práticas começaram com os movimentos de contracultura dos anos 60 e 70. Porém, existem mídias radicais alternativas desde o início dos movimentos sociais, inclusive com a utilização de cartazes em atos públicos (PARKER, 2017, p. 133), uma vez que, para Downing (2004, apud MAZETTI, 2007, p. 2), mídias radicais alternativas não são apenas atividades jornalísticas propriamente ditas, mas também “a arte performática, o grafite, o vestuário, as músicas populares, [...] atividades culturais que abrem possibilidade de experimentação e [...] outras formas de comunicação”. Entretanto, hoje, é possível observar que existem muitas mídias radicais alternativas de cunho fascista, fundamentalista ou racista.


Ainda que a produção de baixo custo e em pequena escala seja uma característica do que John Downing definiu como mídia radical alternativa, durante a produção do Jornal Boca de Rua dos últimos 12 meses, observei que a vulneração (ARÁN; PEIXOTO, 2007) enfrentada pelas pessoas integrantes do jornal no dia a dia de suas vidas se reflete diretamente no modus operandi fazer jornalístico. Como relato em um trecho do meu diário de campo:

Marquei uma entrevista na FASC para o dia 28/03 às 11h. Me apresentei como jornalista e voluntária do jornal e a assessora de imprensa prontamente conseguiu um espaço na agenda para dois dias após o meu contato. No dia da entrevista, outra estudante acompanhou o André³, um dos integrantes do jornal, para que ele realizasse as perguntas enquanto ela gravava. Eles chegaram minutos antes, mas só foram atendidos às 11:45. Entraram na sala e perguntaram se poderiam gravar um áudio com a entrevista para tornar o processo mais dinâmico, mas a fonte (o diretor administrativo) e a assessora disseram que não, e que deveriam anotar todas as perguntas e respostas em um papel, pois se queríamos que a FASC os atendesse, deveríamos atender ao que FASC exigia também. Como a outra voluntária não é estudante de jornalismo, ela chegou a ficar na dúvida se esse tipo de atendimento era comum, mas não é. [...] (Diário de Campo, 2018).

Em Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade, de Márcia Arán e Carlos Augusto Peixoto (2007, p. 3), vemos que a vulnerabilidade é um atributo de todo ser humano, entretanto, nem todas as pessoas são vulneradas concretamente. Nesse sentido, o

3 Os nomes foram substituídos para evitar a exposição indevida das pessoas participantes da pesquisa.





autor e a autora apontam a necessidade da classificação de uma vulneração efetiva como um processo que resulta em populações excluídas do estado de direito, “onde sua liberdade é subtraída e sua vida perde o valor”. Conforme já tratamos em discussões anteriores, a vulneração é um processo visível em diversas situações presenciadas pela autora em pesquisa de campo. Em outro momento de uma reunião de pauta, um dos integrantes do jornal explicou brevemente a relevância desta temática:

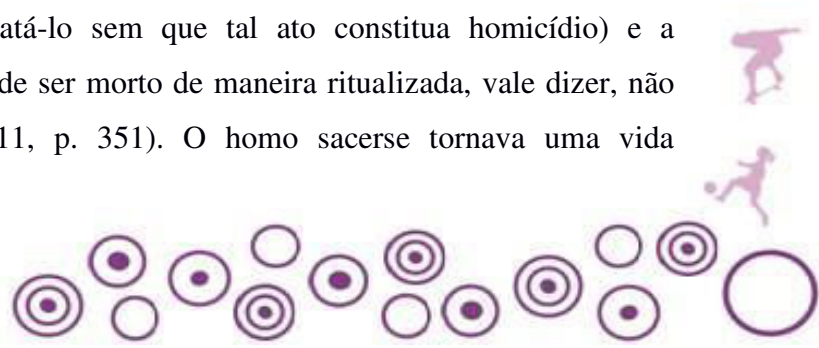
Luís se inscreve para falar e faz um relato sobre a Assembleia dos Povos, que aconteceu no último final de semana. Ele comenta que participou da cobertura do evento (que foi feita de forma colaborativa) e que uma das conclusões do grupo foi que a saúde é uma pauta em comum para a população de rua, os indígenas e os quilombolas. 'Outra pauta em comum é o extermínio das nossas populações', ele complementa (Diário de Campo, Reunião de pauta 29, 2018).


Que corpos são esses?

Os integrantes do jornal Boca de Rua possuem vulnerações observadas não apenas durante as reuniões de pauta, mas também nos momentos de conversa que a antecederam ou sucederam. Nesses diferentes espaços, verifica-se o exercício do que Foucault (1984, p. 211) chamou de biopoder quando afirmou que "o corpo é uma realidade biopolítica". Peter Pál Pelbart (2003) explica que o biopoder é aquele exercido sobre os corpos das populações e, nesse processo, o poder não se encarrega mais de "fazer morrer", como anteriormente, mas de "fazer viver" e gerir esse modo de vida, com o objetivo de normalizar a população.

A saúde pública como um todo é um destes mecanismos de controle que decidem quem e como vive (AGAMBEN, 2002, p. 11); e foi assunto, de diferentes formas, em todas as reuniões de pauta do jornal Boca de Rua que participei. Foucault (apud PELBART, 2003, p. 55) afirma que: "para a sociedade capitalista, é o biopolítico que importava antes de tudo, o biológico, o somático, o corporal". Daniel Wunder Hachem (2011, p. 342) aponta ainda que "a atuação biopolítica dos Estados contemporâneos pode ser identificada em situações muito mais sutis, e que muitas vezes passam despercebidas".

Nesse sentido, Giorgio Agamben (2002) traz o termo “vida nua” para se referir ao produto da articulação do biopoder com o poder soberano. Agamben (2002, p. 9) explica que "vida nua" é um termo originalmente dirigido às pessoas que atentavam contra o poder soberano e que, por isso, eram isoladas do convívio em sociedade e abandonadas. É a figura romana do homo sacer, que é caracterizado a partir de duas características principais: "a matabilidade (qualquer sujeito pode matá-lo sem que tal ato constitua homicídio) e a insacriabilidade (o homo sacer não pode ser morto de maneira ritualizada, vale dizer, não pode ser sacrificado)" (HACHEM, 2011, p. 351). O homo sacerse tornava uma vida





desprovida de atributos políticos relevantes e era "aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos" (AGAMBEN, 2002, p. 92). O que o autor faz é trazer esse termo para atualidade, com o objetivo de argumentar que o estado de exceção e a validação jurídica de vidas nuas não é algo do passado.

Em registro do diário de campo, é possível observar como isto acontece atualmente no dia da população de rua:

Thiago conta que está com medo de continuar vendendo o jornal por causa da capa [que tematizou uma ação violenta da Brigada Militar em uma ocupação de Porto Alegre] [...]. Ele conta que apanhou (**enquanto mostra as marcas no rosto**) de um brigadiano e quando foi até a delegacia para prestar queixa o homem que o atendeu falou que havia recebido uma ligação sobre o que aconteceu e que ele não iria prestar queixa contra ninguém ali. Segundo o relato, quando o policial viu o jornal na mão dele, acrescentou: 'tu não vai mais vender esse jornal na rua da praia' (Diário de Campo, Reunião de pauta 10, 2017).

Entretanto, ainda que todos os integrantes do Jornal Boca de Rua possam ser vistos, a partir desta perspectiva, enquanto vidas nuas; devem ser feitos alguns recortes, tendo em vista a não homogeneização da população de rua e mesmo a intersecção de identidades sociais. O primeiro deles é o de gênero, entendendo-o enquanto categoria analítica que visa apontar determinadas relações de poder que viabilizam cenários de desigualdade (LOURO, 1999; SILVA, 2016).

Estabelecemos, portanto, um paralelo entre a situação dos povos escravizados retomada por Angela Davis (2016) em *Mulheres, Raça e Classe*, quando a autora fala que, se por um lado, as mulheres não eram tratadas como sexo frágil porque eram iguais aos seus companheiros nas opressões que sofriam; por outro, os castigos das mulheres, ultrapassavam em intensidade os dos homens, pois eram também estupradas. O estupro era e é um método de dominação, mesmo que estas pessoas, em determinados momentos, sejam tidos como *não-homense não-mulheres* (DAVIS, 2016, p. 28). Conforme ressalta Caroline Sarmiento (2018, p. 44), "embora haja uma grande mobilização dos movimentos feministas na luta pelos direitos das mulheres [...] o que se observa é que as mulheres em situação de rua não são contempladas nesse discurso". Destaco dois trechos do diário de campo nos quais essa discussão se torna concreta:

Durante uma conversa sobre as condições dos moradores de rua em Porto Alegre, que aconteceu porque fiquei responsável por uma pauta que perguntava "Por que dormir na rua em vez de ir para os abrigos?", Leo [explicou que] [...] a população de rua prefere dormir não dormir nos abrigos porque as condições de infraestrutura não são capaz de acolher a todos e, além disso, todos se sentem extremamente desrespeitados nesses espaços. [...] Decidimos que precisávamos de falas femininas, apesar de não haver mulheres no grupo da pauta [...] Raquel, ao contrário dos demais integrantes homens que já tinham feito seus relatos, conta que de fato preferia ficar nos abrigos. "**Pras mulheres as opções ficam menores** porque na rua





mesmo é muito mais perigoso", ela argumentou (Caderno de Campo, 2018, reunião de pauta 21).

Enquanto eu termino de anotar os nomes das pessoas que já pegaram o jornal, Pietra chega, me abraça, diz com uma cara de preocupação que tem uma novidade e levanta a blusa para **mostrar a barriga saliente**. [...] Ela continua triste, diz que não queria estar grávida, principalmente por causa do HIV. E ainda explica: 'eu não consigo vender meus jornais, então normalmente quem faz isso é o Pedro. Mas se eu tiver uma criança, ele não vai ter como cuidar de mim e dela' (Diário de Campo, Reunião de pauta 32, 2018).

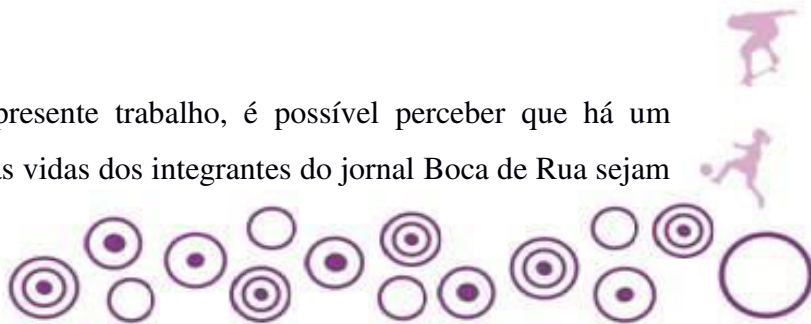
Márcia Veiga da Silva (2010, p. 50-51) aponta que "o feminino – e não apenas as mulheres – ainda é posto em condição desigual em relação ao que se convencionou socialmente como masculino". Durante as reuniões de pauta do jornal Boca de Rua, percebi que existem muitos tensionamentos nesse sentido, que às vezes parte dos estudantes voluntários ou de alguém da Alice mas, em grande parte dos momentos, parte dos próprios integrantes do jornal.


O fato de existir uma figura feminina em uma posição de liderança afeta o modo como o grupo tematiza as mulheres no jornal. Assim, a concepção hegemônica de "mulher em situação de rua" acaba não perpassando para o produto final produzido, apesar de muitas vezes ser reproduzido no dia a dia. Isto é, por mais que o grupo do Jornal Boca de Rua como um todo seja majoritariamente masculino, as relações de gênero, que estão sempre atreladas às relações de poder, são flexibilizadas nesse sentido. Ainda que as reuniões de pauta se constituam como um espaço democrático, no qual todos os integrantes votam durante todas as tomadas de decisões, a figura do/a "coordenador/a de pauta" existe e é exercida majoritariamente por mulheres.

O estado de exceção em que vivem as pessoas em situação de rua integrantes do jornal analisado, apesar de invisibilizado por várias esferas sociais, é questionado diariamente através do que se inscreveu como mídia radical alternativa (DOWNING, 2004). A partir desta perspectiva, Pelbart (2003, p. 10) afirma que uma vida nua "não tem escolha, para resistir, senão pensar-se para além do julgamento e da autoridade que a condenam [...] Então, a vida nua já não se submete a uma soberania que lhe é exterior, e afirma a sua própria". De forma análoga, Arán e Peixoto Júnior (2017, p. 5) afirmam que "[...] uma das principais tarefas políticas da resistência seria a apropriação [...] das possibilidades de luta contra o fascismo, capturadas pelos dispositivos de poder instituídos pelo estado de exceção".

Resultado Parcial

A partir do que discutimos no presente trabalho, é possível perceber que há um processo de vulneração que faz com que as vidas dos integrantes do jornal Boca de Rua sejam





comparáveis a vidas nuas (AGAMBEN, 2002), que estão em um constante estado de exceção. É necessário destacar também que as vulnerações desses corpos se tornam diferentes de acordo com os pertencimentos de gênero dos indivíduos (LOURO, 1999; SILVA, 2016; DAVIS, 2016). Mesmo assim, verifica-se que este espaço de discussão e elaboração de um jornal impresso trimestral se constitui enquanto um instrumento de resistência aos mecanismos biopolíticos que atuam sobre esses corpos, ainda que a produção do jornal também seja afetada por esses contextos.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ARÁN, Márcia; PEIXOTO, Carlos Augusto Jr. Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade. **Revista Saúde Pública**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOWNING, John D. H. (Org.). **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais, Silvana Vieira (trad.). 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Medicina Social. In: **Microfísica do Poder** (Michel Foucault). Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- HACHEM, Daniel Wunder. A biopolítica em Giorgio Agamben e Michel Foucault: O estado, a sociedade de segurança e a vida nua. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**. Curitiba, v. 10, n. 10, p. 340-361, jul./dez. 2011.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.
- MAZETTI, Henrique Moreira. Mídia alternativa para além da contra-informação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 2007.
- PARKER, Marcelo Xavier. Comunicação radical e democracia direta: as ocupações universitárias. In: **Comunicação Pública e Política**. WEBER, M. H. COELHO, M. P. LOCATELLI, C. (Org). Florianópolis: Insular, 2017.
- PELBART, Peter. Biopolítica. In: **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 55-59.





RIPOLL, Daniela. **Genética, Cultura e Educação**: o diário de campo de uma tese. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SARMENTO, Caroline Silveira; SCHUCH, Patrice (orientação). O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

